



# Dia a Dia

**Sandro Thadeu**

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

## **Expectativas para a sucessão em Praia Grande**

Sem a possibilidade de Alberto Mourão (PSDB) disputar a Prefeitura de Praia Grande no próximo ano, por ter sido reeleito para o Executivo, em 2016, a disputa pelo comando do Palácio São Francisco no próximo ano poderá ser acirrada. Um dos nomes que está se articulando e promovendo reuniões na Cidade para viabilizar a candidatura no próximo ano é o empresário Alexandre Cunha (sem partido). Ex-vice-prefeito e ex-vereador pelo PMDB (atual MDB), ele faz parte de um grupo que conta com outras figuras do Município, como os ex-vereadores Arnaldo Amaral e Sidney Silva Pires. "Sou um ser político, gosto muito de discutir as questões da Cidade e sou filho de Praia Grande", justifica. Em 2008, Cunha concorreu à Prefeitura e teve de encarar o nome apoiado por Mourão, Roberto Francisco (PSDB - falecido em 2017). Em uma disputa acirrada e marcada por muitas polêmicas, o tucano venceu a disputa por uma diferença de apenas 3.554 sufrágios (57.029 contra 53.475).

## **Segredo de estado**

O atual chefe do Executivo faz mistério sobre quem vai ser o nome do seu grupo político que disputará o pleito do próximo ano e, obviamente, contará com sua bênção.

## **Com moral**

Conforme apurado pela coluna, uma opção que agrada Mourão e vários de seus aliados é o atual presidente da Câmara, Ednaldo dos Santos Passos, o Reco (SD), que é considerado alguém discreto e muito trabalhador.

## **Um, dois, três... testando**

O vereador santista Fabrício Cardoso (PSB) verificou na prática a dificuldade relatada por muitos munícipes na hora de tentar agendar consultas e exames por meio da central telefônica mantida pela Secretaria Municipal de Saúde.

## **Experiência malsucedida**

"Só fui atendido após diversas tentativas, sendo que as outras, malsucedidas, caíram em uma mensagem eletrônica que informa que todos os atendentes estão ocupados", explica. A linha mantida apenas aceita ligações de telefones fixos. Por esse motivo, ele solicitou à pasta que as chamadas feitas por celulares passem a ser recebidas.

## **Polêmica à vista**

A Câmara de Santos analisará hoje, em primeira discussão, um projeto de lei complementar (PLC), de autoria do vereador Bruno Orlandi (PSDB), que promete dar o que falar.

## **Assunto sério**

O PLC 35/2017 prevê a proibição da venda e da distribuição de bebidas alcoólicas por estabelecimentos comerciais localizados a menos de 40 metros dos limites das instituições de Ensino Superior da Cidade no período das 20 às 8 horas.

ALEXSANDER FERRAZ - 19/7/17



## **Agora vai?**

O presidente da Câmara de Guarujá, Edilson Dias (PT - foto), sancionou o projeto de lei, de própria autoria, que disciplina na Cidade o tempo de espera na travessia de veículos da balsa.

## **Opções variadas**

O usuário poderá aguardar na fila por até 20 minutos. Se isso for desrespeitado, a concessionária do serviço estará sujeita a multa equivalente a 100 vezes o valor da tarifa. Se ela isentar do pagamento a pessoa prejudicada, ficará livre da autuação.

## **Maior produtividade**

O deputado estadual Frederico d'Avila (PSL) apresentou um substituto ao projeto de lei 383/2019, que busca autorizar a pulverização aérea de defensivos agrícolas no território paulista. Ele é diretor da Sociedade Rural Brasileira.

## **Fato histórico**

Na justificativa, d'Avila citou uma curiosidade histórica relacionada à região: a primeira - e única - experiência no Brasil do uso de aviões no enfrentamento a mosquitos em áreas urbanas. "Em 1975, a técnica ajudou a eliminar um surto de encefalite na Baixada Santista - doença que estava sendo transmitida por uma infestação de mosquitos *Culex*", destaca.

**FALE COM A GENTE!**

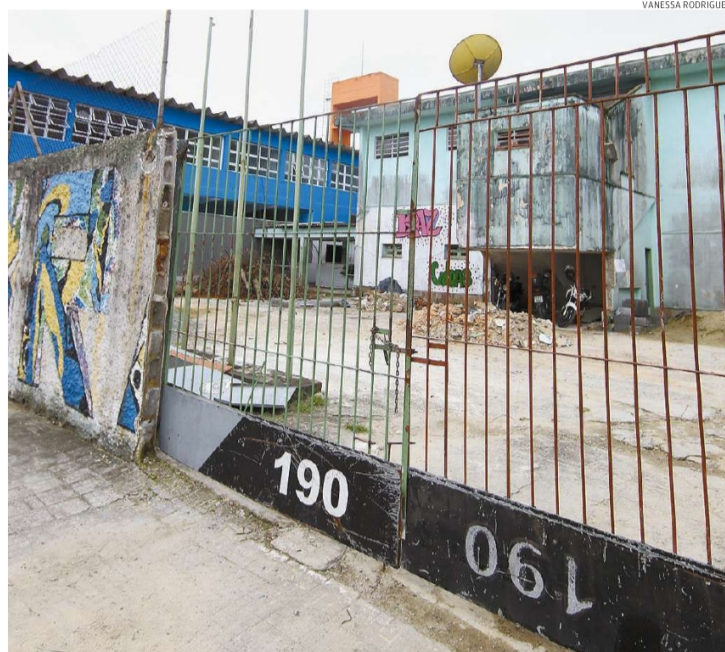
Editores: Marcelo Luis,  
Rafael Motta e Ronaldo Abreu Vaio  
E-mail: cidades@atribuna.com.br  
Telefone: 2102-7157

# DESTAQUE DO DIA

## CIDADES



O imóvel onde a Polícia Militar mantém a base do Campo Grande será devolvido ao proprietário em um mês



Outra mudança será a instalação da 5ª Companhia do 6º BPM/I no antigo Colégio Braz Cubas, no Marapé

# PM altera tática de segurança

A Base Comunitária do Campo Grande, no Canal 2, deverá dar lugar a unidades móveis. Moradores e comerciantes estão divididos

FERNANDO DEGASPARI  
DAREDAÇÃO

O Comando da Polícia Militar pretende desativar a Base Comunitária de Segurança do Campo Grande, em Santos, e substituí-la por bases móveis. Até o meio do ano, a 5ª Companhia do 6º BPM/I também mudará de endereço.

Em um mês, o imóvel da base comunitária – uma casa alugada na Avenida Bernardino de Campos – será devolvido ao proprietário. A Prefeitura de Santos arca com os R\$ 6,2 mil de aluguel da propriedade.

Com isso, a PM pretende instalar bases móveis comunitárias no bairro. Os locais serão escolhidos conforme o mapa da criminalidade.

Em nota, a PM informa que a substituição ocorrerá porque “o perímetro de segurança atingido pela base é muito restrito, tendo em vista a iminente mudança da 5ª Companhia para as proximidades”.

Ainda segundo a nota, “os estudos indicam que haverá maior efetividade com o redirecionamento dos policiais militares”, ampliando o perímetro de atuação e ajudando a melhorar a percepção de segurança.

Além do policiamento comunitário com a Base Móvel, o bairro continuará atendido por patrulhamento de carros e motocicletas.

### OPINIÕES

Moradores e comerciantes do Campo Grande estão divididos sobre as mudanças. Hoje, às 17 horas, haverá um encontro entre eles, o Conselho de Segurança (Conseg) do bairro e o Comando do Policiamento.

“A gente não sabe se vai haver falta de policiamento tirando a base. Todo dia, fica estacionada uma viatura aqui na esquina. A gente nunca teve problema relacionado a segurança. Mas, talvez, não tendo mais a base, deve haver



uma redução de viaturas na região”, afirma a farmacêutica Carolina Peckolt Campos.

Há 19 anos, Ana Paula Sorbello é gerente de uma loja de doces na Rua Carvalho de Mendonça, que fica perto da Base Comunitária.

“É importante manter o policiamento. Se continuar, tá tudo certo. Mas dá um receio. Eles (PMs) tão sempre passando. E, às vezes, param a viatura aqui, ali e dão uma atenção. Antes, davam orientação, passavam o telefone pra gente. Agora, faz um tempo que isso não acontece”, afirma.

“Na nossa ótica, a base ali está bem localizada, funciona muito bem e atende aos anseios da comunidade”, lamenta José Rodrigues Liberado, vice-presidente do Conseg do bairro.

A reunião de hoje à tarde deverá servir para esclarecer as mudanças. “A intenção é informar, para que os moradores possam participar efetivamente da formação dessa base comunitária móvel. Nossa intenção é amparar o morador para que ele não se sinta esquecido”, afirma a vereadora Audrey Kleys (PP), que também participará do encontro.

### 5ª COMPANHIA

A casa que hoje abriga a 5ª Companhia da Polícia Militar também deverá ser devolvida até o meio do ano, quando termina o contrato de locação. O aluguel é bancado pelo Governo do Estado.

A expectativa é que os policiais militares se mudem para o antigo Colégio Braz Cubas, na Rua Heitor Penteado, no Marapé. O local está em obras para receber os novos ocupantes e será dividido com a Clínica-Escola do Autista.

### TEMORES



“Se continuar (o policiamento), tá tudo certo. Mas dá um receio. Eles (PMs) tão sempre passando. E, às vezes, param a viatura aqui, ali e dão uma atenção. Antes, davam orientação, passavam o telefone pra gente. Agora, faz um tempo que isso não acontece”

Ana Paula Sorbello  
comerciante



“A base é próxima, passa muita viatura aqui, eles dão bastante assistência. Mudando, vai ficar longe, a gente terá a sensação de estar mais desprotegido. Agente já teve alguns contratempos e eles (PMs) chegaram bem rapidinho”

Elaine Santana  
comerciante

## ► Cidades

diariodolitoral.com.br **A3**  
SEGUNDA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2019

**NOVA ESCOLA.** Ainda não há consenso sobre futuro dos 927 estudantes

# Futuro de alunos da ZN é incerto

» A Prefeitura Municipal de Santos promete a construção de um novo prédio para atender aos alunos da Unidade Municipal de Ensino (UME) José Carlos de Azevedo Júnior, no bairro Jardim São Manoel, porém ainda não sabe o que fazer com os 927 alunos matriculados.

O Projeto, lançado em setembro de 2018 e apresentado para a comunidade em novembro - estimado em R\$ 10 milhões - tem data prevista para início das obras no segundo semestre desse ano, podendo sofrer alterações de acordo com a assinatura do

convênio e liberação de verbas, fruto de uma contrapartida da Ecovias. Contudo, ainda não há consenso do que fazer com os alunos.

De acordo com o presidente da Sociedade de Melhoramentos do bairro, Edimilson Duarte (Didi), a melhor alternativa encontrada até agora foi a realocação dos alunos em uma quadra poliesportiva, um dos únicos equipamentos esportivos e de lazer da comunidade. "Estamos buscando junto com a prefeitura e os pais a melhor forma para resolver essa situação, mas por enquanto, vemos a

quadra como uma opção, desde que devidamente adaptada", comenta.

Para o vereador Chico Nogueira (PT), a ideia de alocar crianças nesse tipo de estrutura é um erro e nem deveria ser cogitada. "É preciso encontrar alternativas, alugar imóveis, redirecionar para outras escolas com ônibus para levar e trazer. Alguma outra opção. Não podemos deixar que nossas crianças estudem em uma quadra de esportes, é um absurdo. Além do fato de inutilizar um dos únicos espaços de esporte e lazer de centenas de crianças e adolescentes, sem falar nos projetos sociais que existem naquele espaço", critica o parlamentar.

Em nota, a prefeitura de Santos respondeu que "a equipe da Secretaria de Educação (Seduc) está verificando, junto com a comunidade escolar, as melhores opções para a realocação do alunado, mas, no momento, ainda não há definição".

Pais de alunos, atentos as possíveis decisões, esperam que seus filhos sejam devidamente direcionados para acomodações seguras. Para Ana Cristina, mãe de duas meninas que estudam na unidade, a acomodação de alunos em estruturas provisórias é arriscado, "não seria viável e nem produtivo para as crianças. A solução seria um transporte escolar que as levassem para



THAIGO COSTA/DIÁRIO DO LITORAL

Problemas estruturais roubam a cena na unidade de ensino

**Equipe da Secretaria de Educação está verificando as melhores opções para a realocação do alunado, mas, no momento, ainda não há definição".**

outra escola durante esse período. Mas tem que levar todos os alunos e não apenas uma parte, como ouvi dizer. O provisório é sempre incerto e inseguro. E por lidarem com crianças, incerteza e insegurança devem passar longe de qualquer projeto".

Para a diretora da Escola, Dona Lourdes, como é conhecida pelos alunos, "do jeito que está é que não pode ficar. Existem inúmeras goteiras, o prédio é muito antigo (1965).

As crianças precisam de um local novo. Precisamos decidir o que faremos com os 927 alunos. Espero que não fragmentem, pois fica mais difícil ter controle de tantos alunos sem estar presente. Existem possibilidades como a transferência para outras unidades, ou a locação de imóveis no próprio bairro, assim como a montagem de estruturas temporárias, mas quem decide isso é a prefeitura junto com os pais".

Enquanto a incerteza do futuro desses alunos tira o sono de alguns pais, outros se antecipam e buscam outras soluções, como é o caso de Tamyres Baldim, mãe de uma aluna do pré, "ao saber que tinha a possibilidade da minha filha ter que estudar por um ou dois anos em uma quadra, ou dentro de contêiner, procurei outras creches, e soube da inauguração de uma no Jardim Piratininga. Consegui vaga e transferei minha filha, pois não concordo com essa opção de estruturas temporárias, não é a mesma coisa que uma sala de aula, isso pode atrapalhar no aprendizado e desenvolvimento da minha filha".

Enquanto o Poder Público alega estudar melhor as possibilidades, pais e alunos aguardam ansiosamente os próximos capítulos e os 927 alunos aguardam em meio a goteiras, pingos e incertezas. (Thaigo Costa)

# SAMU poderá remover pacientes a hospitais particulares em Guarujá

**E**stá pautado para a sessão legislativa de amanhã (16) o Projeto de Lei 041/2019, de autoria do vereador Edilson Dias (PT), que permite a remoção de pacientes usuários de planos de saúde para hospitais particulares, quando socorridos pelo Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

De acordo com a proposta, o paciente poderá ser transportado para estabelecimentos particulares, caso opte por ser atendido via plano de saúde.

Já em casos mais graves, em que a pessoa socorrida não tenha condições de avaliar sua escolha, a autorização também poderá ser dada por cônjuges, companheiros, parentes em primeiro grau e colaterais, desde que documentalmente comprovada a relação.

Ainda assim, caberá aos profissionais envolvidos no atendimento avaliar se a escolha deve ser acatada, levando em consideração a gravidade do seu estado de saúde e a distância do hospital escolhido.

O ato também deverá constar no boletim de ocorrência registrado pelas equipes envolvidas na ação.

## **ARGUMENTOS.**

Atualmente, segundo Edilson Dias, as equipes do Samu são obrigadas a levar todos os pacientes atendidos em situação de emergência para unidades que atendam pelo SUS (Sistema Único de Saúde) - o que, muitas vezes, acaba congestionando o atendimento dos hospitais públicos. "Pessoas que têm plano de saúde passam a ocupar o lugar de quem precisa do SUS", resume.

## **TRÂMITE.**

Caso o projeto seja aprovado, ele seguirá para análise do prefeito Válter Suman (PSB), a quem caberá sancioná-la ou vetá-la.

Se sancionada, torna-se lei e entra em vi-



DIVULGAÇÃO/PMU

» Em casos mais graves, em que a pessoa socorrida não tenha condições de avaliar sua escolha, a autorização também poderá ser dada por cônjuges, companheiros, parentes em primeiro grau

gor a partir da data de publicação no Diário Oficial do Município (DOM).

## **SANTOS.**

Em Santos, o projeto já foi aprovado pela Câmara no final de fevereiro e aguarda o posicionamento do Executivo. De autoria do vereador Adilson Junior, o objetivo é que os munícipes com convênio médico possam ter essa opção. Atualmente, o encaminhamento é feito diretamente a um hospital público.

## **HOSPITAIS.**

Em algumas cidades do país onde o projeto foi aprovado, hospitais questionaram a medida baseados no fato de que o encaminhamento direto para a rede privada pode comprometer a qualidade da assistência. Um dos motivos é que, ao contrário dos hospitais públicos que contam com médicos plantonistas em várias especialidades, a maioria dos hospitais privados oferece uma assistência especializada.

**Para Edilson Dias, a medida visa desafogar a rede pública, já que as pessoas que têm plano de saúde passam a ocupar o lugar de quem precisa do SUS. Pela regra, o Samu é obrigado a levar todos os pacientes atendidos em situação de emergência para unidades que atendam pelo SUS**



# Dia a Dia

**Sandro Thadeu**

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

## **Deputado local está na CPI das Universidades Públicas**

O deputado estadual Kenny Pires Mendes, o Professor Kenny (PP), foi um dos nomes escolhidos, na última sexta-feira, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Gestão das Universidades Públicas. O pedido dessa investigação partiu do vice-líder do Governo na Casa, Wellington Moura (PRB), e tem o objetivo de apurar eventuais irregularidades das instituições de Ensino Superior, em especial quanto ao uso do repasse de verbas públicas, porque são constantes as notícias de que elas passam por crises. Os reitores justificam que não é possível fazer a manutenção adequada das instalações e novos investimentos, devido à obrigação de arcar com os salários dos docentes e demais servidores, sendo que alguns deles têm remuneração acima do teto constitucional. Em fevereiro, o Ministério Público Estadual ingressou com uma ação judicial para que as universidades públicas paulistas deixem de honrar os valores de salários acima do teto.

## **Olhos atentos**

Membro da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, Kenny disse que fiscalizará constantemente as unidades estaduais de ensino, assim como fez entre 2013 e 2018, quando foi vereador em Santos.

## **Dedicação total**

“Vamos acompanhar de perto e verificar a destinação dos recursos no setor, mas, ainda, buscar melhores condições de estrutura para as unidades e a valorização do professor”, frisou ele.

## **Apelo local**

O coordenador de Engenharia da Ecovias (a concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes), Guilherme Gazabim, afirmou que pode alterar alguns trechos da obra da nova entrada de Santos, devido aos problemas apontados pelos moradores do São Manoel, Piratininga e Vila dos Criadores.

## **Ponderação**

Por outro lado, ele deixou claro que qualquer alteração pode causar impactos viários e financeiros. As modificações precisam ter o aval da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

## **Junto ao povo**

A fala de Gazabim ocorreu na audiência pública da Comissão Especial de Vereadores (CEV) com o objetivo de acompanhar as demandas dessas comunidades, realizada na última quarta-feira, na Sociedade de Melhoramentos do São Manoel. O grupo é presidido pelo parlamentar Benedito Furtado (PSB).

## **Nova missão**

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Carlos Eduardo Cauduro Padin, é o novo responsável pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.



ARQUIVO

## **Compromisso**

O secretário de Saúde de Praia Grande, Cleber Suckow Nogueira, e a representante da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM - entidade responsável pela gestão do Hospital Municipal Irmã Dulce), Fernanda de Cássia Ferrari Lance, estarão amanhã, às 14 horas, na Câmara.

## **Situação insustentável**

Ambos foram convocados pela Comissão de Saúde do Legislativo, presidida pelo vereador Cadu Barbosa (PTB - foto), para prestarem esclarecimentos sobre as constantes reclamações da população e os problemas de gestão verificados no complexo de saúde.

## **Papo reto**

De forma unânime, a 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a decisão de primeiro grau que condenou duas empresas a restaurarem a Igreja Nossa Senhora Aparecida e a Vila Operária da Companhia Santista de Papel, em Cubatão.

## **Resgate histórico**

Construídos na década de 1930, os imóveis devem ser recuperados observando-se as características originais, em seis meses, segundo o projeto previamente aprovado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (Condepac).

**TENENTE COIMBRA.** O parlamentar está questionando a situação junto ao Estado

# Descoberta falha em aluguel do futuro IML

» O deputado estadual Matheus Coimbra de Aguiar, o Tenente Coimbra (PSL), protocolou na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) um requerimento questionando a implantação, na Rua Bernardo Browne, 122, no Estuário, do novo Instituto Médico Legal (IML), que abrigará automaticamente um necrotério, contrariando a vontade dos moradores da região. No documento, o parlamentar levanta uma questão preocupante: “temos a informação de que o local será alugado pelo Estado por R\$ 30 mil por mês, mas encontra-

mos o mesmo imóvel anunciado num site de locação por 20 mil. Qual a explicação para essa diferença de valores?”, questiona, reclamando ainda que não há uma placa informando o custo, o prazo e o tipo de reforma que está sendo feita nesse prédio.

Caso a questão do aluguel e outras as explicações não sejam convincentes, Coimbra garante que irá acionar o Ministério Público (MP) no sentido de paralisar as obras, reforçando a denúncia já existente, realizada pelo vereador santista Sérgio Santana (PR).

“A sede em que se preten-

de instalá-lo fica a apenas três metros de um prédio residencial, o que é um absurdo para quem vive lá há anos e, de repente, vai ter que lidar com o mau cheiro que vem dos corpos, com o crescimento do movimento de pessoas e, pior ainda, com a desvalorização de seus imóveis pois, afinal, quem vai querer adquirir um apartamento bem ao lado de um IML? Sabe-se que é desejo do Governo realizar a mudança da Polícia Científica regional para o bairro, o que acarretará acondicionamento de drogas e armas, outro impacto que gerará insegurança entre os habitantes”, argumenta.

Para o parlamentar, antes de realizar reformas para uma nova sede o Governo do Estado deveria atacar o pior dos problemas, que é justamente a falta de profissionais para trabalhar nos IMLs. “Principalmente no aqui de Santos, que atende inúmeras cidades importantes da nossa Baixada. Hoje, há déficit evidente em nossos IMLs, o que obriga algumas unidades a fecharem por falta de profissionais para atenderem a população e outras ocorrências envolvendo mortes. Um médico legista muitas vezes é obrigado a atender audiências de custódia, necrotério, realizar exames de corpo de delito, o que impacta em sua efetividade e prejudica quem mais precisa do seu trabalho. É preciso que o Estado forne-



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Moradores do Estuário colocam cartazes contra o futuro IML

**Coimbra afirma que o local será alugado pelo Estado por R\$ 30 mil por mês, mas encontrou o mesmo imóvel anunciado num site de locação por 20 mil.**

ça mais médicos legistas em vez de se preocupar em gastar o dinheiro público de uma forma que consideramos desnecessária”, dispara.

#### **EXCLUSIVO.**

A questão do IML foi publicada com exclusividade pelo Diário. A Secretaria de Segurança Pública (SSP) não questionou o valor do aluguel, mas garante que o imóvel atende critérios técnicos dentro de uma área de zo-

neamento classificada como mista. A Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC) reafirma a informação e garante que a mudança visa melhorar as condições de trabalho e atendimento da unidade, além de preservar equipamentos e parte elétrica. O prédio está em fase de adequação. Todo processo e questões legais têm sido acompanhadas de perto pela Prefeitura de Santos e órgãos estaduais.

#### **PREFEITURA.**

A Prefeitura de Santos, por sua vez, afirma que não seria necessária licença para as obras ao mesmo tempo que não há nenhum processo em andamento na Secretaria de Infraestrutura e Edificações para funcionamento do IML no Estuário, que ainda terá que passar pelo crivo da Secretaria de Saúde e obter o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) para, só então, obter o alvará de funcionamento, o que deve demandar um tempo.

A Administração Municipal também alerta que o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é exigido para a instalação de necrotérios. No entanto, só pode ser iniciado a partir do momento que recebe, formalmente, um pedido de inscrição municipal para o funcionamento da atividade no local, o que não ocorreu. (Carlos Ratto)

**SANTOS.** CET trabalha na regulamentação de legislação, em caráter suplementar, seguindo as diretrizes da resolução federal

# Patinetes circulam ainda sem legislação

» Não existe ainda legislação municipal que regule o uso comercial de patinetes pelas ruas de Santos, portanto, não há como a Prefeitura cobrar impostos de quem explora comercialmente a nova moda em termos de mobilidade urbana.

Vale lembrar que o transporte é regulamentado pela Resolução 315 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), alterada pela 465 do mesmo órgão, que permite a circulação de equipamentos de mobilidade individual autopropelecionados (impulsionados pelo próprio usuário) e estabelece regras gerais de uso.

As regras são basicamente duas e especificam por onde se pode transitar com esse tipo de veículo: velocidade

**A utilização da via pública como depósito é irregular. A penalidade é prevista no Código de Trânsito e a multa é de R\$ 195,23**

até 6 km/h, em áreas de circulação de pedestre; velocidade de até 20 km/h, em ciclovias e ciclofaixas.

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de Santos afirmou trabalhar na regulamentação de legislação, em

caráter suplementar, seguindo as diretrizes da resolução federal. A lei será encaminhada à Prefeitura para demais providências (análise da área jurídica), para posterior encaminhamento à Câmara.

Dessa forma, os equipamentos que não se enquadram nas condições previstas na resolução do Contran não podem circular na ciclovia ou passeio. Os patinetes não podem ser deixados em vias públicas. A retirada e a devolução devem ocorrer em áreas privadas, conveniadas com a empresa que oferta o serviço.

A utilização da via pública como depósito, sem autorização do órgão/entidade de trânsito, é irregular. A penalidade para a prática indevida é prevista no Código de



NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) afirmou trabalhar na regulamentação do transporte

Trânsito Brasileiro (CTB), artigo 245: multa (grave - valor R\$ 195,23) aplicada à pessoa jurídica, além de medida administrativa de remoção do veículo. Cinco denúncias chegaram pelos canais de atendimento da CET, referem-se principalmente à deposição dos equipamentos em locais indevidos.

A Secretaria Municipal de Finanças esclarece que a fiscalização de qualquer atividade

de empresarial independe de legislação do sistema viário, pois são aplicados os códigos de posturas, tributário municipal e edificações, além da lei de uso e ocupação do solo. Além disso, a fiscalização de posturas já intimou a empresa a regularizar a sua situação no município.

Em São Paulo (Capital), o compartilhamento de patinetes elétricos chegou à Avenida Paulista. Para ligar o pa-

netete a pessoa paga R\$ 3,00 + R\$ 0,50 a cada minuto de uso, com cartão de crédito ou dinheiro. Os créditos para uso podem ser comprados em dinheiro em bancas de jornal e lojas. Os patinetes estão disponíveis todos os dias da semana, das 6h às 21h. A iniciativa ganhou tamanha popularidade que a Prefeitura agora abriu um processo para regularizar o trânsito de patinetes elétricos nas vias. (DL)

## Centro Paula Souza desiste de Etec na escola Acácio de Paula

JÚNIOR BATISTA

DAREDAÇÃO

O Centro Paula Souza (CPS) não tem mais interesse em construir uma Escola Técnica Estadual (Etec) no prédio da escola municipal Acácio de Paula Leite Sampaio, na Vila Nova. Em audiência pública na Câmara dos Vereadores de Santos, o engenheiro e coordenador da unidade de infraestrutura do CPS, Hamilton Pacífico, anunciou a decisão do órgão ligado ao Governo do Estado.

“A reforma da escola custaria entre R\$ 8,5 milhões e R\$ 9 milhões e nós não temos como bancar isso. É triste, eu também gostaria que fosse uma Etec ali, mas sou apenas o porta-voz da decisão”, disse Hamilton.

A ideia do CPS é aproveitar espaços ociosos pertencen-

### SEM USO

A escola, até então do Município, foi fundada em 1969 e estava sem uso desde o fim de 2013, quando a Prefeitura anunciou um convênio com o Governo do Estado para construir uma Etec no lugar. A ideia era que as aulas começassem em 2015, mas nada aconteceu até hoje.

centes ao Estado e também outros que estão sob responsabilidade do Município, a partir de parcerias. Porém, não detalhou quais seriam estes espaços. “Estamos estudando as melhores formas, mas não cabe a mim essa decisão”.

Ele deu exemplo da Etec Escolástica Rosa, que está abrigada num prédio novo, na Vila Mathias, e não mais no casarão pertencen-

te à Santa Casa de Misericórdia de Santos, na Praia da Aparecida.

Segundo o representante do CPS, o aluguel do prédio novo da Escolástica custa R\$ 165 mil por mês, sua manutenção é baixa e o contrato tem duração de 24 meses. “Mas certamente renovaremos”.

### SUSTO

A vereadora santista Audrey Kleys (PP), que comandou a audiência pública, tomou um susto com a decisão anunciada por Hamilton, mas disse que irá lutar para reverter a situação.

“Nosso primeiro objetivo é lutar para que o Estado faça a Etec, já que ele é o dono do prédio nos últimos anos. Ao mesmo tempo, iremos cobrar da Prefeitura o porquê de ter demo-



CARLOS NOGUEIRA

Escola Acácio de Paula tinha sido passada pelo Município ao Estado

rado tanto para enviar os documentos necessários para validar o convênio e ter iniciado o processo de licitação das obras”.

### MOBILIZAÇÃO

O deputado estadual Kenny Mendes (PP) também esteve na audiência e explicou que, a partir da As-

sembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), vai batalhar pela inclusão da reforma da escola Acácio de Paula Leite Sampaio no orçamento de 2020 do Estado.

“Para este ano, infelizmente, não há o que fazer. Mas, com certeza, iremos pleitear que esta reforma esteja nos planos de 2020”.

### RESPOSTA

A Prefeitura de Santos alegou, em nota, não ter recebido oficialmente nenhum documento com a manifestação do Centro Paula Souza (CPS) sobre a desistência do interesse no imóvel da escola Acácio de Paula Leite Sampaio. “A Administração Municipal se manifestará prontamente, caso seja confirmada a intenção de devolução”. Questionada pela reportagem sobre entraves burocráticos na troca de papelada com o CPS, citados pela vereadora

Audrey Kleys, a Prefeitura diz que, “pelo fato de a escola ter sido projetada há mais de 50 anos, não possui nos arquivos documentos técnicos (projetos e plantas) para averbação da edificação no registro de imóveis”. A gestão Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) admite que não conseguiu atender a essa “exigência burocrática da Procuradoria-Geral do Estado”, mas cumpriu as demais solicitações do Governo de São Paulo “com rapidez para a instalação da escola técnica”.